

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Gislayne Cristina Figueiredo¹

Amailson Sandro de Barros²

Aldi Nestor de Souza³

Resumo: Esta pesquisa se situou na relação entre políticas públicas e a construção de comunidades urbanas, e a partir dos princípios da Pesquisa Ação Participante, buscou investigar como as políticas públicas condicionam as relações comunitárias, auto-organizativas, e os processos de construção da identidade individual e coletiva. A presença-ausente do Estado agrava as dificuldades cotidianas da comunidade, contribuindo para a reprodução de situações de violência e de esgarçamento dos laços sociais, bem como para a construção de processos identitários subalternizados. Um trabalho psicossocial que vise contribuir com a emancipação e o desenvolvimento da consciência crítica deve considerar essa ausência e seus efeitos concretos

1 Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo, professora adjunta de psicologia social comunitária do curso de psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso e do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPG-PS) da UFMT, e vice-líder do grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Social Comunitária.

E-mail: gislayne.figueiredo@ufmt.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6388904124407714>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6656-2266>

2 Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Doutor em Educação pela UFPR, docente do curso de graduação e pós-graduação em Psicologia da UFMT/Cuiabá. Atua na área da Psicologia Social Comunitária, e é pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Psicologia Social Comunitária/COMUNI. Participa do grupo de Psicologia Comunitária da ANPEPP.

E-mail: amailson.barros@ufmt.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6693816561141085>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3570-4978>

3 Doutor em Matemática pela Universidade Federal Fluminense, atualmente é docente do departamento de matemática da Universidade Federal de Mato Grosso.

E-mail: aldi.souza@ufmt.br

Lattes <http://lattes.cnpq.br/3567566431082998>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6858-4821>

e simbólicos, bem como as estratégias adotadas pela comunidade, as quais vão desde o clientelismo político, até a construção de relações de solidariedade e ajuda mútua.

Palavras-chave: Psicologia social comunitária. Pesquisa-ação participante. Políticas públicas. Identidade.

COMMUNITY RELATIONS AND PUBLIC POLICIES

Abstract: The research explored the relationship between public policies and the construction of urban communities. Based on the principles of Participatory Action Research, it sought to investigate how public policies influence community relations, self-organization, and processes of individual and collective identity construction. The absence of the State exacerbates the community's daily difficulties, contributing to the reproduction of situations of violence and the fraying of social ties, as well as the construction of subordinated identity processes. Psychosocial work that aims to contribute to emancipation and the development of critical consciousness must consider this absence and its concrete and symbolic effects, as well as the strategies adopted by the community, which range from political clientelism to the construction of relationships of solidarity and mutual aid.

Key-words: Community social psychology. Participatory action research. Public policies. identity.

Introdução

Comunidade pode ser definida como lugar no qual todos se conhecem pelo nome (GUARESCHI, 2012; SAWAIA, 2012), em uma concepção que evidencia os espaços comunitários como *locus* de relações e vivências cotidianas das pessoas, onde a vida acontece.

Como qualquer fenômeno produzido e produtor do humano, a comunidade não se configura como algo estático e acabado, mas como processo dinâmico e dialético em constante devir, atravessado por múltiplas determinações histórico-sociais, pelas condições

materiais e concretas de existência e pelas relações, desejos e necessidades estabelecidas pelos e entre seus membros – as quais se caracterizam por serem permeadas por solidariedade, vínculos e afetos, mas também por conflitos, contradições e disputas de poder (GUARESCHI, 2012; SAWAIA, 2012). Cada comunidade possui dinâmicas próprias, as quais são condicionadas pelo todo social.

O enfraquecimento dos laços sociocomunitários em nossa sociedade é um fenômeno sobejamente identificado pelas pesquisas sociais e empíricas (CRUZ, FREITAS; AMORETTI, 2015, FIGUEIREDO; PINTO, 2014; SAWAIA, 2012), sendo decorrente da organização social demandada pelo modo de produção em uma sociedade capitalista, a qual fomenta um individualismo exacerbado em função da necessidade de reprodução do sistema (ADORNO, 1992; FIGUEIREDO; PINTO, 2014). No entanto, como os processos comunitários não são estáticos, à medida que comunidades se desfazem, outras formas e tipos – com características e dinâmicas próprias – são criadas, em um constante movimento que possui potencialidades e dificuldades.

Nesse sentido, o presente artigo acompanha o momento de construção de uma nova comunidade, cujo surgimento se deu a partir de um movimento social de ocupação urbana, procurando observar como as políticas públicas se fazem presentes e como condicionam as relações comunitárias, de auto-organização da comunidade, e de produção de subjetividade/identidade.

As políticas públicas visam atender as necessidades básicas dos cidadãos. Podem ser definidas como estratégias do Estado para responder à “Questão Social”, sendo esta conceituada como o “conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos

pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p. 10).

As políticas públicas, em especial as sociais, representam “um espaço de promoção de direitos, na direção da superação das desigualdades sociais” (GONÇALVES, 2010, p.19). Por outro lado, como resposta do Estado às demandas dos cidadãos, se constituem como forma de regulação das relações sociais, não sendo neutras, mas se configurando como uma resultante de interesses contraditórios e conflitantes vigentes na sociedade capitalista.

É importante assinalar que as políticas públicas, enquanto formas de regulação das relações sociais e de direitos, produzem tanto efeitos objetivos quanto subjetivos no cotidiano e na vida das pessoas (GONÇALVES, 2010).

Estudos têm indicado que a ausência do estado nas comunidades, em especial nas mais carentes, fomentam a construção de formas alternativas de organização das relações cotidianas e comunitárias, algumas delas com impactos negativos, como a tomada de poder, em vários bairros populares, por parte do chamado “poder paralelo”, o que tem recrudescido as formas de violência às quais as populações carentes são submetidas (COUTO; BEATO, 2019; MIAGUSKO, 2016). Outra observação é o crescimento de ações das instituições religiosas que também segue na esteira da ocupação do espaço vazio deixado pelo poder público (MIAGUSKO, 2016).

Por outro lado, algumas comunidades, em especial por iniciativa de grupos de mulheres, têm conseguido se organizar de forma autônoma, muitas vezes suprimindo as necessidades através da auto-organização comunitária. Apesar disso, os grupos

organizados nas comunidades desconhecem seus direitos, os fluxos e portas de entradas dos Sistemas de políticas públicas, bem como se relacionam com essas políticas sem compreender que são um direito – e não uma benesse. Esses, inclusive, têm sido alguns dos dificultadores do acesso dessas populações aos serviços e políticas aos quais têm direito.

Metodologia

A investigação, de cunho qualitativo, partiu dos princípios da pesquisa-ação-participante, assumindo o compromisso de contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos envolvidos.

Entre as possíveis metodologias qualitativas, optamos pelo estudo de caso. A escolha ocorreu por esse possibilitar o detalhamento de um caso específico, a interpretação dentro do contexto, o retrato complexo da realidade estudada, contemplando “os diferentes e as vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social” (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 20).

Para de coleta de dados, optamos por entrevistas semi-estruturadas e observação participante. As entrevistas foram realizadas com 2 lideranças e 5 moradores do bairro, selecionados após a realização de algumas observações participantes, as quais permitiram a identificação de informantes-chave (LUDKE; ANDRÉ, 2013). As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra para posterior análise de dados.

As observações duraram cerca de 2 anos, nos quais as pesquisadoras frequentaram várias atividades da comunidade, como reuniões de planejamento de trabalho e discussões,

assembleias, eventos administrativos e festivos, com registro em diário de campo.

Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 2015), tendo sido construídas categorias a posteriori.

Os nomes dos entrevistados foram trocados a fim de garantir sigilo e anonimato. As citações de registro em Diário de Campo estão identificadas pela sigla DC, seguida pela data em que o registro foi realizado.

Resultados e Discussão

O bairro no qual se desenvolveu a pesquisa teve seu início em 2010, quando cerca de 300 famílias ocuparam uma área pública de aproximadamente 53 hectares, irregularmente ocupada por uma empresa de mineração. Atualmente, o bairro está em processo de regularização e legalização, no entanto, as condições estruturais seguem precárias: as ruas são de terra, a água é obtida por meio de “gato”, as casas do tipo “barraco” de madeirite e lona.

Quanto as políticas públicas há uma quase total ausência destas disponíveis aos moradores, seja no território, seja nos bairros adjacentes. As principais demandas se dão nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, segurança pública e infraestrutura.

1 Assistência social e garantia de direitos

De acordo com o levantamento realizado, as políticas públicas de assistência social e de garantia de direitos que atendem a comunidade são:

Tabela 1. Políticas públicas e serviços de assistência social que atendem a comunidade

Política pública/serviço	Presença território	Forma de acesso	Obs
CAD Único	não	CRAS ou na Secretaria Municipal de Assistência Social (central)	
Bolsa Família	não	Caixa Econômica Federal	para adequações e saque
Assistência social – proteção social básica	não	CRAS	bairro adjacente
		ONGs	--
Assistência social – proteção social especial	não	CREAS Centro	--
Proteção à mulher vítima de violência	não	Não acessam	A violência contra a mulher é coibida pelo crime organizado

Não há serviço de assistência social dentro do território, sendo que de acordo com a divisão da política do município, os moradores deveriam ser acompanhados pelo CRAS do bairro adjacente e pelo CREAS Centro, mas estes referem que não há nenhum tipo de acompanhamento por parte destes serviços.

Questionados sobre serviços e políticas que deveriam ser disponibilizados para a comunidade, os moradores apresentam desconhecimento de seus direitos, o que pode indicar ausência das

ações de vigilância social, de busca ativa, de apoio e de promoção de direitos previstos na lei.

Queixas com relação à proteção social básica são relatadas, indicando que quando a ela recorrem, são destratados e não obtêm assistência:

A tempestade destruiu várias casas, tendo derrubado paredes de umas, e destelhado outras (...) Perguntei pra Maria se elas foram ao CRAS verificar a possibilidade de algum auxílio para refazer o telhado e as paredes. Ela me falou que sim, mas que a assistente social e a psicóloga falaram que não podiam fazer nada, nem ajudar com uma cesta básica: “Não adianta ir lá, é só perda de tempo, elas não ajudam e ainda tratam a gente mal.” (DC, 17/10/23).

Pelo atendimento recebido, preferem o CREAS do que o CRAS.

Relatam que não há nenhum tipo de ação pública nas situações de violência contra a mulher, e que quando esses casos ocorrem, quem toma providências é o crime organizado. Também referem a ausência de qualquer ação pública de proteção à infância e à velhice dentro do território.

Há presença massiva de ONGs e OSCIPs na comunidade, as quais prestam serviços assistencialistas e clientelistas, adotando uma posição hierarquizada e caritativa para com os moradores.

Estávamos no bosque esperando iniciar a reunião da horta, e uma pickup desceu a rua aos trancos e barracos, parou no meio do caminho e começou a distribuir ‘sacolões’. As mulheres que estavam esperando a reunião começar pediram licença, saíram correndo pra pegar o ‘sacolão’, guardaram as cestas nas suas casas e depois voltaram pra participar. (DC, 25/05/24).

Boa parte dessas ONGs e OSCIPs são religiosas, reproduzindo princípios de trabalho cristão na comunidade (MIAGUSKO, 2016).

Os moradores relatam também a presença eventual das primeiras-damas do município e do estado, que realizam doações

à comunidade, evidenciando a subsistência da lógica do primeiro damismo no trabalho social.

Essas práticas (re)produzem uma relação de passividade das pessoas atendidas. Com isso, obnubilam a política pública como direito do cidadão, promovendo submissão na relação com o estado e com a sociedade, reforçando processos de subjetivação alienantes e subalternizados (CRUZ; GUARESCHI, 2012; GONÇALVES, 2010).

2 Educação

As políticas públicas de educação que atendem a comunidade são:

Tabela 2. Unidades educacionais públicas e privadas que atendem a comunidade

Política/serviço Ensino	Presença território	Forma de acesso	Obs
Infantil/creche	não	Creche municipal	bairro adjacente
		Creche Centro espírita	
Fundamental I	não	Escola Municipal de Educação Básica (EMEB)	bairro adjacente
		EMEB	7 bairros de distância
Fundamental II	não	Escola Estadual (EE)	5 bairros de distância
Médio	não	EE 1	5 bairros de distância
		EE 2	7 bairros de distância
		outras escolas distribuídas pela cidade	
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	não	EMEB	bairro adjacente
		EE	centro

O ensino fundamental I e II, o médio e a EJA são cursados exclusivamente em escolas públicas. Já no caso da educação infantil esta é também provida por ONGs, através de creches geridas por entidades religiosas.

Não há transporte escolar disponível para os alunos, em nenhuma faixa etária, e o bairro, além de extenso e longe das unidades escolares, possui ruas e vielas em condições precárias e com valas produzidas pela força das águas, em virtude da ausência de sistema de esgoto e pluvial.

A política de educação é aquela que mais ocupa a preocupação e a fala das mulheres entrevistadas, cuja organização dos afazeres diários (e da própria vida) gira em torno dos horários das escolas das crianças - ou da ausência de frequência dos adolescentes às mesmas.

A sobrecarga das mulheres em função da ausência das políticas públicas no território é um fato reconhecido pela literatura (FRASER, 2020; SILVA, 2012). Em função da divisão sexual do trabalho hierarquizada e desigual em nossa sociedade, as mulheres são relegadas as funções de reprodução social, ou seja, com a formação da prole (incluindo a educação) e de cuidado com a família de modo geral (FRASER, 2020).

A falta de escolas e de transporte escolar, dificulta o acesso da comunidade ao direito de uma escolarização efetiva – contribuindo mais uma vez para relegar essas pessoas a uma inserção no mercado de trabalho em posições menos valorizadas e com uma menor remuneração (RAMOS; GONÇALVES Jr, 2024).

3 Saúde e Saúde Mental

As políticas públicas de saúde demandadas pelos moradores e aquelas que atendem a comunidade são:

Tabela 3. Serviços e unidades de saúde que atendem a comunidade

Política/serviço	Presença território	Forma de acesso	Obs
Atenção Básica	Não	Unidade de Saúde da Família (USF)	bairro adjacente
		Clínicas/planos populares particulares	
Média Complexidade e especialidades	Não	Policlínicas	
		Centro de Especialidades Médicas (CEM)	Só com encaminhamento, especialidades: cardio, neuro, otorrino, gastro, dermatologia, urologia
		Universidade particular	Consulta por indicação de conhecidos, em gineco, cardio, nutrição, odonto, dermatologia, endócrino, psicologia
		Clínicas/planos populares particulares	
Alta complexidade	Não	hospital universitário	
Urgência	Não	Unidade de Pronto Atendimento	10 bairros de distância
		Policlínicas	Relatam “migração” entre policlínicas para conseguir atendimento
Odontologia	Não	USF	2 bairros de distância, não há dentista na USF de referência
		Clínica Odontológica	5 bairros de distância, quando conseguem comprovante de residência “cedido”
Saúde Mental	Não	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	adulto, encaminhamento feito pelo ESF
		Centro Espírita	Atendimento voluntário
Saúde Mental/AD	Não	Comunidade Terapêutica	próxima ao bairro
		Alcoólicos Anônimos	
Exames	Não	Encaminhamento pelas USF	
		CEM	hemograma
		Particular em clínicas populares	

Os moradores referem muitas dificuldades para acessar os serviços, com longo tempo de espera por consultas, cirurgias ou exames. Relatam no caso de especialidades, exames ou medicamentos, têm que esperar por vários meses, e que a regulação de vagas também é muito ruim.

Assinalam que a USF não faz o acompanhamento da comunidade, nem mesmo a pessoas acamadas, e que não conseguem ser atendidos pelo médico na USF, posto que nem sempre este profissional compõem a equipe ou, quando há médico, no mesmo dia que “abre a agenda”, as vagas para o mês acabam. Há um Agente Comunitário de Saúde (ACS) para o bairro, mas este teria ido apenas uma vez na comunidade, a fim de fazer o cadastro dos moradores e as verificações obrigatórias para alguns benefícios socioassistenciais.

Não são citadas ações com os idosos, acompanhamento domiciliar e intervenções nos agravos à saúde decorrentes dos trabalhos pesados exercidos pelos moradores.

Também referem dificuldade de atendimento nos casos de urgência e emergência, buscando soluções alternativas como pagar planos de saúde populares, ir a médicos particulares de baixo custo, pedir dinheiro emprestado para os parentes ou fazer ‘vaquinha’ no caso de alguma necessidade urgente.

A ausência de transporte também é um dificultador para a atenção à saúde: a ambulância não entra no bairro e os moradores, quando ficam doentes, têm que contar com a solidariedade de algum vizinho, que os levam para o atendimento com carro ou de moto.

Os atendimentos de saúde mental são feitos por psiquiatra, somente para adultos, e muitas vezes os moradores vão só à unidade de saúde para renovar a receita, sem passar pelo médico.

Desconhecem o papel dos CAPS, e somente citaram esse serviço após a pergunta explícita das pesquisadoras. Tal panorama é muito preocupante, tendo em vista a alta necessidade em saúde mental na comunidade (pacientes com transtornos mentais moderados a graves, adolescentes se automutilando, tentativas de suicídio, alta prevalência do uso de substância psicoativa – álcool e outras drogas, inclusive por adolescentes).

As necessidades de saúde muitas vezes são sanadas por meio de brechas no sistema ou pequenos ‘dribles’ nesse, como através de apadrinhamento político, de conhecidos que trabalham em algum serviço de saúde e dão um ‘jeitinho’ de incluir a pessoa no serviço, ou por meio de algum comprovante de endereço emprestado por conhecidos residentes em região na qual os moradores têm conhecimento de que o serviço funciona.

4 Cultura, esporte e lazer

Esse é um dos aspectos das políticas públicas mais negligenciados nos bairros periféricos, o que não é diferente no presente bairro, haja vista a ausência de qualquer política pública de cultura, esporte ou lazer que atenda a comunidade, seja dentro do território, seja em outra localidade (e que tenha o bairro como clientela referenciada).

As principais alternativas de atividade de cultura e lazer disponíveis são os botecos e as igrejas, sendo que ambos contam com várias unidades, dos mais variados tipos, dentro do território. Há um pequeno campo de futebol, sem grama (de terra), e com apenas um brinquedo infantil, próximo à entrada do bairro. Nesse espaço, principalmente os homens adultos se reúnem para jogar aos finais de semana.

Aos sábados, as crianças participam das atividades de extensão realizadas pela Universidade pública situada na cidade. Esse mesmo público participa de ações eventuais (em datas especiais, como o dia das crianças) promovidas pelas mesmas ONGS que distribuem cestas básicas, nessas ocasiões, essas entidades trazem brinquedos infláveis ou realizam gincanas.

Cabe assinalar que a ausência de ações de esporte, cultura e lazer voltada para os moradores do bairro, evidencia a presença de uma visão de que as políticas que visam trazer descanso e lazer são supérfluas e/ou desnecessárias para pessoas pertencentes a essa classe social, as quais não possuiriam capacidade de produzir e apreciar (fruir da) arte e cultura (BOSI, 2025).

5 Infraestrutura e segurança

As condições de infraestrutura do bairro são muito precárias, mesmo após 15 anos de entrada dos moradores nos lotes. A situação da água é o que mais gera dificuldades cotidianas para os moradores. Atualmente, esta é provida por meio de um gato “oficializado” pela própria empresa de água e saneamento, com ligação de superfície, e por um poço recém furado, com registro regulado por uma das lideranças do bairro. O uso do poço não é livre, os moradores têm que pagar uma taxa de R\$ 50,00 por mês, para que um morador específico ligue e desligue as bombas em dias e horários determinados em cronograma feito pela liderança. A dificuldade de acesso à água gera uma série de desentendimentos, cisões e atos de violência dentro da comunidade.

A energia elétrica era obtida por meio de “gato”, e atualmente está sendo regularizada, com um medidor sendo instalado por cada

residência, o que também tem gerado muitas dificuldades, pois o valor das contas tem sido bastante alto para a realidade da comunidade.

O esgoto é captado através de fossas individuais por casa/terreno ou é liberado a céu aberto. A destinação do lixo é feita de forma bastante precária, através de três formas: 1) de queima dentro do próprio quintal, 2) os moradores levam para a lixeira na entrada do bairro ou para a casa de parentes em outros bairros ou, 3) jogam na área comum.

Com relação à situação de habitação, não houve nenhum tipo de crédito de apoio para a formação de um novo bairro, nem política de fomento ou financiamento à construção de habitações seguras. Os lotes não contaram com serviço público para medição e regularização, sendo as divisas feitas pelos próprios moradores.

O bairro não possui ruas asfaltadas, e essas estão sofrendo erosão, o que dificulta aos veículos entrarem no bairro. Essa é a justificativa dada para que nenhum tipo de transporte público atenda ao bairro, sendo que os moradores têm que caminhar vários quilômetros para chegar em uma parte asfaltada, no qual os ônibus transitam. Os carros de aplicativo se recusam a entrar no local, tornando a locomoção dos moradores bastante difícil.

As ações de segurança são feitas pelos próprios moradores, por meio de guarda de moto privada, ou mesmo através do crime organizado, que proíbe que haja roubo ou situações de violência dentro do bairro, as quais são punidas por meio de “Salves”. A Polícia é vista com muita desconfiança pelos moradores, sejam estes próximos ao crime organizado ou não.

Cabe assinalar a presença massiva da política pública de segurança, a qual precisa ser compreendida criticamente. Não se pode

dizer que é efetivamente uma presença do Estado que visa garantir o direito à segurança na comunidade, pois esta sofre com situações de violência que não são atendidas pelas forças de segurança (como o caso de furtos e de violência doméstica), mas como uma presença que visa a repressão e o controle social da população preta, pobre e periférica (MIAGUSKO, 2016).

Algumas reflexões

É preciso qualificar a presença do Estado como uma presença-ausente, haja vista sua omissão no que diz respeito às políticas públicas que visam a garantia dos direitos dos moradores, mas sua presença massiva no que diz respeito à políticas organizadas no sentido de garantir a reprodução das relações sociais e de produção atualmente vigentes em nossa sociedade.

Face a ausência de políticas que garantam os itens mais básicos e necessários à uma vida humana digna, às pessoas da comunidade se organizam, seja de forma individual, seja de forma coletiva, para sanar – ainda que precariamente - as necessidades sentidas.

As estratégias adotadas podem ser assim identificadas: 1) as de submissão a situações de caridade, efetivadas por ONGs e outras entidades, em especial de cunho religioso, seja dentro do território, seja em bairros adjacentes, o que demonstra a manutenção de serviços que reproduzem e sustentam uma lógica assistencialista junto à população; 2) o apadrinhamento político, principalmente via intermediação de vereador(a)s, e adotado principalmente para sanar dificuldades imediatas e urgentes de acesso à saúde pública, o que evidencia a reprodução de relações

baseadas no clientelismo político; 3) estratégias de acesso com base nas brechas da organização e regulamentação das políticas públicas, como usar o endereço de parentes que moram próximos ao serviço que precisam acessar; 4) utilizar portas de entrada via universidades ou outros serviços públicos cuja abrangência territorial é maior; e 5) ações de base solidária dentro da comunidade, como as de ajuda e cuidado mútuo, o acolhimento coletivo de pessoas com necessidades de assistência social ou de saúde mental, a organização autônoma para garantir que pessoas com dificuldades (financeiras, de locomoção) consigam acessar os serviços – como por exemplo, se organizarem com transporte para que a pessoa vá ao médico ou na entrevista do CRAS. Cabe assinalar que essas estratégias são repassadas entre os moradores da comunidade, evidenciando a existência de uma solidariedade, ainda que contraditória - haja vista que aquele que inicialmente descobre ou inventa a estratégia, primeiro resolve seu problema e o do seu núcleo familiar imediato.

A ausência das políticas públicas, bem como a forma como estas são oferecidas, apresentam uma intencionalidade: a manutenção de relações políticas de clientelismo e de submissão das pessoas atendidas a relações de poder desiguais, reforçando posições de subalternidade, de dependência e de minoridade por parte da população atendida.

As poucas políticas disponíveis à comunidade não se localizam no território, atuam sem nenhuma articulação entre elas (ausência de trabalho em rede intrasetorial e intersetorial), e não contam com a participação da população no controle social.

Do ponto de vista dos processos subjetivos que tais políticas produzem, é preciso assinalar que estas expõem os membros da

comunidade a situações de humilhação social (GONÇALVES Fo, 1998), reforçando posições de heteronomia e inferioridade da população frente à sociedade e ao poder público, legitimando desigualdades, relações de exploração, de culpabilização individual e enfraquecendo a compreensão da necessidade de uma participação social autônoma e implicada e da política social como direito de cidadania. Por outro lado, a presença de relações de cunho solidário na comunidade evidencia a potencialidade ainda presente nas relações comunitárias, as quais podem ser trabalhadas para fortalecer a construção de uma identidade coletiva e de um processo de reflexão e de tomada de consciência com relação aos determinantes sociais e seus impactos na vida das pessoas e da própria coletividade, em um processo de tomada de consciência.

Conclusões

A presença-ausente do Estado e das políticas públicas, tal como se constata nesta pesquisa, produz diversos impactos tanto nos processos de subjetivação dos sujeitos que vivem na comunidade, quanto na própria comunidade. É essencial que ao atuar junto às comunidades e às políticas públicas, compreenda-se os vários determinantes que atravessam a constituição e a organização das mesmas e os efeitos simbólicos dessas para as pessoas.

Espera-se que o fato de se ter produzido os dados dessa pesquisa com a comunidade tenha possibilitado a construção de espaços de reflexão e de tomada de consciência, ainda que incipientes, sobre a importância das políticas públicas como um direito e seu caráter ambivalente.

Referências

ADORNO, T. W. **Minima Moralia**: reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Editora Ática, 1992.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular**. Petrópolis, Vozes, 2025.

COUTO, V. A.; BEATO FILHO, C. Milícias: o crime organizado por meio de uma análise das redes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 201-221, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.480>

CRUZ, L. R.; FREITAS, M. Q.; AMORETTI, J. Breve histórico e alguns desafios da psicologia social comunitária. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (Org.). **Introdução à Psicologia Comunitária**: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2014.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A construção da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs). **Políticas públicas e assistência social**: diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2012.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. Acampamento e assentamento: participação, vivência e experiência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia e sociedade**, Belo Horizonte: ABRAPSO, v. 26, n. 3, p. 856-867, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300005>

FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal:UFRN, v. 27, n. 53, p. 261–288, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em 17 jul.25.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo: USP, v. 9, n. 2,

p. 11–67, set./dez. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/s63y4NmBfsHYpwm3gtw4wFD/?format=html&lang=pt>

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUARESCHI, P. Relações comunitárias - relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. F. (Org). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

MIAGUSKO, E. Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 31, n. 91, jan./març. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/319101/2016>

RAMOS, A. C.; GONÇALVES JUNIOR, O. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: FE/USP, v. 50, e268037, abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450268037>

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, E. A ausência de políticas públicas e a sobrecarga de trabalho feminino. **Revista Gênero**, Niterói: UFF, v. 13, n. 1, p. 107-119, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v13i1>

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política social e psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília: IP/UNB, v. 26, n. esp, p. 9-24, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>